

INSERÇÃO, CRÍTICA E INTERVENÇÃO NA REALIDADE: A AGB E A GEOGRAFIA EM CATALÃO - GOIÁS

Inserción, crítica e intervención en la realidad: la AGB y la Geografía del campus de Catalão - Goiás

Critical insertion and intervention in the social reality: AGB and Geography in Catalão - Goiás

Manoel Rodrigues CHAVES

Professor Adjunto do Curso de Geografia do Campus de Catalão-UFG.

E-mail: *manoel@innet.psi.br*

Helena Angélica de MESQUITA

Professora Adjunta do Curso de Geografia do Campus de Catalão - UFG
Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa Sócio-Ambientais - NEPSA/CAC.

E-mail: *helena@wgo.com.br*

Marcelo Rodrigues MENDONÇA

Professor Assistente do Curso de Geografia do Campus de Catalão - UFG

Doutorando em Geografia pela FCT-UNESP - Presidente Prudente
Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Catalão-GO.

E-mail: *mendonca@innet.psi.br*

Resumo: O presente artigo faz um resgate histórico das lutas travadas pelo Curso de Geografia do Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás, em sua trajetória de afirmação e na busca da consolidação de um projeto político no Sudeste do Estado de Goiás. Demonstra que, a inserção social e a participação efetiva na sociedade, se constituem instrumentos importantes, utilizados pedagogicamente para compreensão da realidade e reafirma a importância da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Catalão - que além de assumir o seu papel de representação de classe, atua como elemento agregador dessa luta, reforçando os compromissos com a produção do conhecimento geográfico, aproximando-se dos movimentos sociais e assegurando uma intervenção qualificada na realidade social.

Palavras-chave: AGB Seção Catalão; inserção; participação política; Geografia; movimentos sociais.

Resúmen: El presente artículo hace un rescate histórico de las luchas trabadas por el Curso de Geografía del Campus de Catalão de la Universidad Federal de Goiás en su trayectoria de afirmación en su búsqueda por la consolidación de un proyecto político en el Sudeste del Estado de Goiás. Demuestra que, la inserción social y participación efectiva en la sociedad, se constituye instrumentos importantes utilizados pedagógicamente para comprensión de la realidad y reafirma la importancia de AGB, Asociación de los Geógrafos Brasileños, Sección de Catalão, que además de asumir su papel de representación de clase, funciona como elemento de unión de estas luchas, reforzando los compromisos con la producción del conocimiento geográfico, acercándose de los movimientos sociales, asegurando así, una intervención calificada en la realidad social.

Palabras-clave: AGB - Sección Catalão; inserción; participación política; Geografía; movimientos sociales.

Abstract: The present article brings back the history of the struggles made by the Geography Department from the Campus in Catalão - Universidade Federal de Goiás in its journey in search for the constitution of a political project in the Southeast of Goiás State. It shows that social insertion and effective participation together with the society becomes important tools when used in a pedagogical way in order to make the reality better understood. Besides, this review makes a reassertion of the AGB - Association of Brazilian

Geographers - Section of Catalão that not only represents its associated members but also join people around matters of social concern. Thus, the AGB gives support to the production of Geographical knowledge, comes closer to the social movements and as a result it shows everyday a guaranteed and qualified intervention in the social reality.

Key words: AGB - Section Catalão; political participation; Geography; social movements;

Introdução

Em meados da década de 1980, a Universidade Federal de Goiás iniciou um processo de expansão e interiorização dos cursos, principalmente de licenciatura plena, e implantou, em convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Catalão, os cursos de Geografia e Letras no Campus de Catalão. O que a princípio foi inaugurado para cumprir uma missão temporária - que era a de formar professores para atuar no ensino fundamental e médio - acabou se fortalecendo a partir das lutas de professores e alunos, até se consolidar em uma Unidade de Ensino da UFG, com sete cursos de graduação e firmando-se em um importante pólo de ensino e pesquisa no Sudeste de Goiás.

A história do Curso de Geografia em Catalão tem demonstrado uma forte tendência para a intervenção política na realidade regional e, diferentemente da maioria dos cursos de Geografia do Brasil, tem conseguido - mesmo com as várias nuances teóricas, metodológicas e políticas, próprias da ciência geográfica - dar uma certa unidade na forma de atuação. A capacidade de interlocução do Curso de Geografia possibilitou aos alunos e professores ingressarem nas discussões propostas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. A participação efetiva nos Encontro Nacionais de Geografia - ENG's, como forma de subsidiar uma intervenção teórica e metodológica em nível da pesquisa e do ensino e uma interlocução com os movimentos sociais, através da extensão e da assessoria direta e indireta às demandas apresentadas pela sociedade local e regional, passaram a ser pauta da agenda da Geografia Catalana.

A AGB Seção Catalão, oficializada no final da década de 1990, vem sendo gestada desde o início do funcionamento do Curso com a marca registrada de um compromisso político, com a responsabilidade social de atuar, evidenciando uma geografia comprometida com as mudanças necessárias e promovendo *uma ciência mais generosa* para com a sociedade local/regional. A AGB Seção Catalão foi se tornando uma necessidade, com o intuito de dar vazão as expectativas de natureza mais intervencionista, pois a estrutura política e administrativa da Universidade criava impedimentos a uma ação política mais contundente, conforme exigia as demandas colocadas pela realidade social.

Uma das explicações para essa capacidade de promover a unidade na diversidade da Geografia catalana está em sua própria gênese. Ela nasceu sob forte influência do movimento de renovação da ciência geográfica, em meados da década de 1980. Os debates em torno da crítica ao processo de ensino, pesquisa e extensão em Geografia e de sua epistemologia, fundaram um núcleo importante de discussões teóricas e políticas. Essa crítica reflexiva foi se constituindo num espaço onde o ambiente ainda não estava maculado pelos antagonismos, era *virgem dos vícios* que impregnam de rancores os debates epistemológicos em torno da necessidade de uma nova postura política do conhecimento geográfico.

É preciso destacar que essa questão "congénita" teve influência marcante do pensamento crítico de Horieste Gomes, então diretor do Instituto de Química e Geociências da Universidade Federal de Goiás e um dos precursores e incentivadores da criação do Curso de Geografia em Catalão. Ainda, a influência de Valter Casseti, geógrafo físico, de acentuada preocupação epistemológica e política, que propiciou um avanço para a compreensão de uma geografia comprometida com as questões ambientais, voltada para uma tarefa de intervenção na realidade. Além disso, os professores que tiveram a tarefa de continuar com essa geografia, ao assumirem as atividades no Campus de Catalão, já contratados pela Prefeitura Municipal, tiveram as mesmas influências e possibilitaram a formação de professores comprometidos socialmente.¹

¹ Os professores José Henrique R. Stacciarini, Marcos Assis, Idelvone Mendes Ferreira, Helena Angélica de Mesquita e Valdivino Borges Lima, entre outros, tiveram a incumbência de dar continuidade ao trabalho iniciado pelos professores do IQG de Goiânia na construção do Curso de Geografia de Catalão.

No plano de influências externas, Ruy Moreira também deu sua significativa parcela de contribuição para a geografia em Catalão, estando presente em vários Seminários e Encontros promovidos pelo Curso de Geografia no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A presença, em diversos momentos, dos geógrafos Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Armen Mamigonian, dentre outros, alicerçaram o pensamento crítico da Geografia que se ensina no Campus de Catalão.

A participação efetiva dos professores e estudantes nos ENG²s, desde Maceió² com apresentação de trabalhos e um intercâmbio com outras instituições e profissionais da Geografia, possibilitou avanços significativos para que não fôssemos alijados das grandes temáticas políticas e científicas da geografia brasileira e mundial. Outro aspecto importante foi a presença marcante dos estudantes de geografia catalanos nas discussões do Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia - ENEG - inclusive com representação nas instâncias políticas como a Confederação das Entidades de Estudantes de Geografia - CONEEG.

Como elemento para analisar a participação efetiva do Curso de Geografia, estava a *militância aguerrida* de parte dos professores e estudantes envolvidos diretamente nos movimentos sociais, estudantis e nos partidos de esquerda, propiciando *experiências pedagógicas* e confirmando a necessidade, de uma interlocução cada vez mais qualificada na realidade circundante. A preocupação de intervir politicamente sempre esteve calcada na busca pelo aprimoramento científico, sendo a qualificação dos professores um passo importante para a intervenção social.

A medida que os anos passaram, apareceram dissensões não muito significativas, mas que levaram alguns professores a indagarem acerca na natureza do Curso de Geografia, diante da “confusão” criada em nível das análises exteriores de que, a ação implementada pelo Curso, contrariava ações desenvolvidas pela Universidade.

A partir daí estabeleceu-se intenso debate, ainda presente, acerca do papel da geografia e do profissional geógrafo. Nesse momento, surgiu a necessidade de criar legalmente a AGB Seção Catalão, visando atender as demandas crescentes colocadas pela realidade social e para assegurar a histórica intervenção efetivada pelo Curso de Geografia, garantindo uma interlocução mais qualificada, seja do ponto de vista científico, seja do ponto de vista político.

A questão central para nós, que tentamos fazer uma *“leitura do território”* na perspectiva dos movimentos sociais, é o acordo de que os movimentos sociais são produtores (construtores) do território, assim como os agentes do capital, do Estado, entre outros. A partir dessa conceituação, pode-se inferir acerca do território, enquanto expressão das lutas sociais, sendo que a luta pela terra, mais visível, possibilita maiores preocupações e a necessidade de mais pesquisas. Essa compreensão possibilitou uma aproximação com os movimentos sociais, dentre eles o MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens e o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terras, entre outros.

A análise geográfica se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias, na medida em que as *“leituras do território”* privilegiam as abordagens hegemônicas e as necessidades do capital, sem, contudo, considerar a subordinação/sujeição dos trabalhadores, negando as contradições, as acomodações e clivagens envolvidas no processo de constituição e realização do valor.

Horieste Gomes, ao fazer um resgate da Geografia em Goiás, afirmou que o exercício da crítica e da autocritica deve ser uma prática constante na vida dos membros de um departamento acadêmico. Isso leva o docente e o discente a um patamar superior no tocante ao aprendizado do conhecimento, e forja uma conduta mais ética do Curso. Nesse trabalho, ao fazer referência à geografia produzida em Catalão, assim se pronuncia: “O Campus de Catalão é um concreto exemplo de vários eventos ali realizados e direcionados na construção de saber geográfico mais científico e compromissado com as comunidades”. Gomes (1999, p.168).

Uma outra questão que tem favorecido o impulso para a formação de uma geografia mais autocritica e *generosa* socialmente, refere-se ao esforço do grupo de professores em manter a identidade da ciência nos debates acadêmicos, principalmente aqueles relacionados às reformas

² Entre os dias 23 e 29 de julho de 1988, foi realizado em Maceió - Alagoas, o 7º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado pela AGB - DEN, AGB Seção Maceió, AGB Seção Fortaleza, AGB Seção João Pessoa e AGB Seção São Paulo.

curriculares³. Da mesma maneira, a ampliação do quadro docente, a partir de uma preocupação em relação às tentações de ordem técnica e profissional, tem permitido que a *vida geográfica* do Curso seja mantida, não só quantitativamente⁴, bem como na qualificação do discurso teórico e metodológico. O que vale dizer, manter o *espírito geográfico*, a despeito de um forçado discurso inter e multidisciplinar, tão comum nos departamentos acadêmicos atualmente.

Uma situação que poderia servir para acomodações ou disputas pessoais são as condições de trabalho. Nos grandes centros, nas maiores Universidades, a precarização das condições de trabalho ocorre devido ao sucateamento da própria Universidade; em um pequeno curso do interior do país, estas condições são brutalmente precárias. O Curso de Geografia de Catalão, para tentar superar, ainda que parcialmente essas dificuldades, optou por uma política de qualificação dos docentes. Essa opção por um lado minimiza as carências teórico-metodológicas, por outro gera uma sobrecarga de trabalho para todos. Mesmo assim os professores têm buscado fazer suas qualificações em várias Universidades, o que tem possibilitado ampliar o debate geográfico, que é permanentemente, oxigenado por idéias que vêm dos mais diferentes centros de geografia do país.

Inserção na realidade

Mesmo antes de formar a primeira turma do curso, no início de 1989, já havia a discussão em torno da necessidade de fomentar um debate mais qualificado em torno da inserção da geografia no cenário regional. Nasce um evento quase interno do Curso, o I Encontro Regional de Geografia - I EREGEO, que teve a participação do professor Ruy Moreira, na ocasião contribuindo com um curso de teoria e método em geografia e participando na Mesa Redonda com o tema "As perspectivas da geografia".

O II EREGEO, realizado no ano de 1991, ganhou contornos de evento regional, conseguindo congregar pesquisadores das comunidades acadêmicas de várias instituições, recebendo inscritos de cidades de Minas Gerais, Mato Grosso e do Distrito Federal. Em 1993, o Campus de Catalão realizou o III EREGEO, que, a partir naquele momento, se colocava definitivamente no calendário regional, recebendo mais de quatrocentas inscrições. O evento ganhou autonomia e a partir de então saltou para outras cidades do Estado de Goiás, mantendo o seu objetivo de contribuir para o debate teórico, metodológico e político da ciência geográfica.

Em 1995, a cidade de Formosa abrigou o IV Encontro Regional de Geografia, quando os mais de quinhentos inscritos garantiram a emancipação definitiva do evento. No ano de 1997, a cidade de Goiás, sediou o V EREGEO, que também reeditou o sucesso dos eventos anteriores. Em 1999, o Campus de Catalão voltou a sediar o evento. E o VI Encontro Regional de Geografia, foi a comemoração dos dez anos de realização do EREGEO. No ano de 2001 foi a vez da cidade de Quirinópolis organizar o VII Encontro e a cidade de Goiás voltou a sediar o VIII EREGEO, realizado em outubro de 2003. Pela decisão da plenária final, no Encontro da Cidade de Goiás, o IX EREGEO será realizado no Estado do Tocantins, na Universidade Federal do Tocantins, na cidade de Porto Nacional, em 2005, saindo pela primeira vez do Estado de Goiás.

O Encontro Regional de Geografia não é somente o maior evento de geografia da Região Centro-Oeste em número de inscritos, mas também se coloca como um importante fórum de debates acerca do conhecimento geográfico e de reafirmação das entidades representativas da categoria. O EREGEO atesta, de forma categórica, o crescimento da ciência geográfica em Goiás e no Centro-Oeste.

Para Santos (1988), toda ciência deve ter o seu discurso político. Se não o tem, deve inventá-lo. Mas esse discurso, para ter correspondência com a realidade, deve ser permeado pela

³ No ano de 1996 realizou-se em Catalão, em uma promoção dos alunos e professores e da Confederação das Entidades de Estudantes de Geografia CONEEG o II Seminário Nacional de Reforma Curricular. Entre os vários debates teóricos e epistemológicos realizados, destacou-se o momento histórico do encontro, em uma Mesa Redonda, dos professores Ruy Moreira e Antonio Christofolletti.

⁴ Atualmente o Curso de Geografia do Campus de Catalão possui um quadro de dezessete professores, dos quais apenas um não tem a formação de geógrafo. Mesmo assim, ele se dispõe a buscar o necessário diálogo interdisciplinar com os demais.

história e pela prática, e esta como critério indispensável para a compreensão da organização do espaço produtivo, mediado pelas relações sociais. A ciência geográfica não pode prescindir, portanto, do discurso político sobre a produção/apropriação do espaço, sob pena de estar abandonando seu objeto de estudo.

A intervenção na realidade regional tem sido uma característica marcante da Geografia e a AGB Seção Catalão surge com essa marca. Para o entendimento da trajetória dessas intervenções, que aparecem também como subsídios às formas de lutas e resistências da sociedade, registramos alguns desses momentos históricos.

Em 1989, diante da influência do ambientalismo nos conteúdos de ensino da Geografia, travou-se o primeiro embate entre a comunidade acadêmica e o poder público municipal pela preservação da "Mata do Setor Universitário". Naquele momento um projeto imobiliário pretendia destruir uma área de mata de aproximadamente trinta (30) hectares, localizada no perímetro urbano da cidade de Catalão. Inaugurava-se, através de um enfrentamento inicial, uma longa caminhada no sentido de se incorporar ao patrimônio público, uma importante área verde que é hoje tombada como "Estação Ecológica" e devidamente inserida na Lei Orgânica do Município. Esse primeiro espaço de lutas e enfrentamentos se revestiu de grande importância, na medida em que começava a demarcar um terreno de inserção e intervenção política da Geografia no contexto local e regional.

Atualmente, e em outro nível de pressão, a "Mata do Setor Universitário" é colocada como opção de se tornar uma área de recreação e lazer e o Curso de Geografia, através de solicitação do Ministério Público, indicou uma comissão para realizar estudos técnicos que viabilize a modificação da atual legislação para que a área se converta em um "Parque Público Municipal". Mais uma vez somos convidados a dar a devida colaboração no debate político, que alguns insistem em chamar de "estudo técnico".

No ano de 1992 a Prefeitura Municipal de Catalão, por força da legislação, inicia o debate acerca da implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, sendo a Universidade, através do Curso de Geografia, convidada a participar de forma efetiva na elaboração do documento de planejamento. Um grupo de professores e alunos, convidados como bolsistas, começaram a discutir com a equipe de técnicos contratados e a Câmara Municipal a concepção de planejamento urbano. Não demorou muito para que as contradições entre um planejamento concebido de maneira excludente e concentradora do espaço urbano e o discurso político de uma geografia mais crítica e interventora na realidade fossem expostas. Os bolsistas foram dispensados do trabalho e os professores aliados do processo de discussão que ficou restrita ao pseudodebate e aprovação rápida na Câmara Municipal.

O prejuízo para a comunidade foi imenso, principalmente por ter financiado um documento que não teve outro destino senão o engavetamento, e também por ter perdido a oportunidade de iniciar um amplo debate político sobre o entendimento da cidade como patrimônio público. O Curso de Geografia, aparentemente saiu perdendo nesse embate com o poder público, mas continuou tendo respaldo social pelo fato de que entendia, e entende, que o debate político com a sociedade não se encerra em um documento de planejamento urbano. Ele continua em várias formas de manifestações do público, na incessante luta para a cidadania plena. Dessa forma, as questões urbanas tiveram vários momentos de debates em Seminários, Mini-Cursos e Palestras para a comunidade durante toda a década de 1990. A partir do ano de 2002, novo embate se anuncia com a discussão e apresentação de um outro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Catalão, momento em que somos novamente chamados à tarefa, no exercício político da profissão de *leitores do espaço*.

Um outro exemplo que credencia o caráter de intervenção na realidade por parte da geografia em Catalão, refere-se ao trabalho realizado por quase uma década, de professores, alunos e comunidade em torno da recuperação de uma área degradada no município de Catalão. A "Área Degradada de Pedra Branca", como ficou conhecida em vários trabalhos acadêmicos publicados, refere-se a uma imensa caixa de empréstimo utilizada pela CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) na construção da hidrelétrica de Emborcação, no rio Paranaíba.

A área de mais de duzentos hectares, do lado goiano, ficou abandonada por cerca de duas décadas, ocasionado uma série de impactos ambientais, prejudicando sensivelmente os produtores rurais do entorno e a comunidade do povoado de Pedra Branca, no extremo Sul do

município de Catalão-GO. O processo de erosão acelerado provocou o assoreamento do leito dos córregos e problemas sociais significativos.

Essa área se tornou um laboratório para os trabalhos de ensino e extensão efetuados pelos professores, que desenvolveram com alunos da rede pública de ensino e demais instituições, visitas periódicas, objetivando refletir acerca da ação desastrosa da empresa e a omissão do poder público, assim como sobre a legislação diante dos problemas ambientais e sociais decorrentes do uso da água. No processo de exigência de que a empresa (CEMIG) recuperasse a área degradada, diversos documentos e documentários foram produzidos, reuniões com autoridades municipais e estaduais, contatos com a imprensa, enfim, foram utilizados todos os recursos e mecanismos disponíveis para que a questão ganhasse a dimensão que realmente merecia.

A aproximação com o Ministério Público foi um passo importante, pois ampliou o leque de possibilidades para a solução do caso, quando foi recomendada uma medida mais conciliadora e mais eficiente do que as tomadas até então. A Promotoria de Justiça propôs a CEMIG um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que condicionou a empresa a readquirir a área para promover a sua recuperação, mediante um Plano de Recuperação de Área Degradada. O referido plano foi apresentado no ano de 2000 e a empresa está cumprindo o acordo feito e, inclusive, se manifestando favorável a que a Universidade possa também desenvolver pesquisas e novas tecnologias na área de recuperação e conservação dos solos.

Desde o primeiro relatório sobre o caso, apresentado em 1993⁵, até o presente, quando se assiste a evolução do processo de recuperação dos mais de duzentos hectares de área degradada, o Curso de Geografia esteve presente. Nesses dez anos de acompanhamento foi possível acumular um bom acervo de conhecimentos técnicos e conceituais, que são importantes para o enriquecimento didático/pedagógico do Curso. A aproximação com a comunidade trouxe um referencial político de atuação que influenciou outras intervenções.

Essa aproximação entre a Universidade, através do Curso de Geografia, e o Ministério Público está sendo importante para as duas instituições, no sentido de dar mais respaldo político e qualificar melhor as intervenções na realidade. As primeiras aproximações foram feitas através de colaborações em Audiências Públicas e na elaboração de Laudos Técnicos e Periciais, o que levou as instituições a formalizarem um convênio de cooperação mútua.

Alguns dos projetos de pesquisas e extensão, desenvolvidos por professores são apoiados, inclusive financeiramente, por recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta, firmados entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão e empresas da região⁶, que notificadas por ações impetradas pelos geógrafos acerca do descumprimento da legislação ambiental, foram obrigadas pelo Ministério Público a tentar "repará-los".

Essa parceria tem revelado um dado importante no conjunto dessas intervenções. Trata-se do respaldo político e de confiabilidade que as duas instituições experimentam em relação à comunidade, sobretudo, dos grupos sociais com menor capacidade de interferência política na sociedade. Pequenos produtores rurais, moradores da periferia urbana e mesmo cidadãos e grupos sociais que já não conseguem interlocução junto aos demais órgãos públicos têm buscado e, mais importante do que isso, recebido, apoio técnico e político para encaminhamento adequado de suas demandas.

Intervenção na realidade

O Curso de Geografia e a AGB Seção Catalão desenvolveu uma capacidade de intervenção na realidade em face de sua disposição histórica de transformar em fatos políticos – como de fato eles o são – as várias formas perversas do uso do território em nível regional. As intervenções qualitativas nas avaliações técnicas e na participação efetiva nas Audiências Públicas, por

⁵ O primeiro trabalho sobre a Área Degradada de Pedra Branca foi apresentado pelo prof. Manoel Rodrigues Chaves em Seminário preparado pelo Programa de Mestrado em Geografia da FCT - UNESP - Presidente Prudente, para a disciplina Manejo e Conservação dos Solos -1993.

⁶ Atualmente três projetos de pesquisa estão sendo financiados por recursos firmados em TACs entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão e as empresas Parmalat, Ultrafertil S/A e Copebrás.

ocasião da discussão dos Estudos de Impacto Ambiental e aprovação dos Relatórios de Impacto Ambiental, também têm fornecido elementos importantes para se aferir a capacidade do discurso crítico da geografia em dar respostas às novas matizes conceituais que estão colocadas nesses documentos técnicos.

Em um primeiro momento essa participação é feita a partir da análise técnica e conceitual desses documentos, que na sua maioria possui uma metodologia não original e com resultados tendenciosos que caminham na direção de justificar a viabilidade técnica dos empreendimentos. Além dessa tendência política, também se constituem em documentos técnicos que não sustentam uma análise conceitual mais aprofundada. Temos compreensão, entretanto, como geógrafos, de que as informações técnicas e conceituais só podem ser compreendidas em seu arranjo político/institucional e, nesse sentido, devem ser adequadamente levadas ao debate com a sociedade, representada pelas comunidades envolvidas e atingidas por tais empreendimentos. Assim é que sempre nos esforçamos para que, num segundo momento, Audiências Públicas se transformem realmente em fóruns privilegiados de discussão e contribua para que a sociedade tenha compreensão da dimensão política que representa essas *formas de uso do território*.

A partir dessa forma qualificada de atuação foi possível a intervenção eficiente em diversos momentos da realidade social catalana. Em 1998, o Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto no Meio Ambiente - EIA/RIMA elaborado para o licenciamento ambiental do Distrito Minerador/Industrial de Catalão teve de ser refeito pela consultoria, depois que uma comissão de professores, solicitada pelo Ministério Público, analisou o documento e recomendou sua reprovação, por considerá-lo incompleto, com vários equívocos conceituais e não indicar formas competentes de mitigação dos impactos ambientais.

Ainda ocorreram as intervenções no processo de licenciamento ambiental das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de Goiandira e Nova Aurora no rio Veríssimo, na elaboração de Laudos Técnicos sobre os Planos de Gestão Ambiental (PGAs) da Ultrafértil S/A e Copebrás, na atuação nos laudos sobre garimpos na região e nas análises de outros documentos técnicos estamos deixando sempre a marca registrada de um discurso, as vezes contundente, de *uma geografia mais generosa* socialmente.

Essa capacidade de intervenção da geografia no cenário local e regional, construída historicamente, como atestam os exemplos anteriores, foi nos orientando pedagogicamente para uma ampliação na escala de atuação e, com isso, agregando novos elementos de análises. A consolidação de um discurso crítico de conteúdo mais político da Geografia, por outro lado, propiciou uma aproximação com os Movimentos Sociais, como no caso da trajetória de lutas recentes dos moradores do vale do rio São Marcos com a possível expropriação em função do projeto de aproveitamento hidrelétrico da **Serra do Facão**.

A partir de março de 2002 a AGB Seção Catalão, e o Curso de Geografia, têm interferido no processo de implantação do AHE Serra do Facão - Rio São Marcos - no alto da bacia do Paraná. A participação de professores e alunos na construção de um movimento popular de resistência à obra ocorre no sentido de ampliar a discussão sobre temas de grande relevância, dentre eles destacamos a questão do próprio modelo energético do Brasil. A questão de energia elétrica, a partir do barramento dos rios com a formação de imensos lagos, é altamente predatória para a natureza e para a sociedade. É a destruição de ecossistemas e o deslocamento compulsório de camponeses e, diversas categorias de trabalhadores rurais, que jamais conseguem recompor suas condições de vida e de trabalho.

O discurso oficial e economicista de que a energia gerada a partir de grandes represamentos é "limpa", contribui para reduzir o conceito de degradação ambiental, "ignorando" muitas formas de poluição, tem negligenciado as pesquisas de outras fontes de geração de energia. Um país tropical como o nosso, com vasto território, vasto litoral banhado por um imenso oceano, as possibilidades de aproveitar a energia do sol, dos ventos, da biomassa e mesmo das correntes marítimas são incalculáveis. Mas sabemos que discutir tais questões passa, necessariamente, pela crítica do próprio modelo energético vigente. O referido modelo foi aprofundado no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso com a privatização do setor elétrico, o que, na verdade, foi a transferência da energia e das águas para grandes conglomerados econômicos, muitos deles estrangeiros, abrindo mão de dois recursos que são imprescindíveis à soberania de qualquer nação.

E se o modelo energético brasileiro é excludente e predador em geral, quando se expande às áreas de Cerrado, com projetos de barramentos dos rios deste vasto, mas ainda pouco conhecido Bioma, os impactos ambientais e sociais se agravam. O Cerrado é um ambiente pouco estudado, mas extremamente explorado, especialmente pela agricultura modernizada que em menos de trinta anos modificou drasticamente a paisagem com destaque para os extensos chapadões que se tornaram imensos "mares" de soja. Os camponeses que não sucumbiram à modernização foram "empurrados" para as áreas enrugadas e para os vales dos rios, onde ainda resistem como produtores de arroz, feijão, mandioca e, demais, produtos da cesta básica. A construção de barragens nos rios do Cerrado desaloja esses camponeses que deixam de serem produtores e se tornam tão somente consumidores, potencializando os já graves problemas urbanos.

Ainda é preciso considerar que é no Cerrado que estão as nascentes das grandes bacias hidrográficas da América Latina. O barramento destes mananciais pode ter conseqüências para todo o equilíbrio do sistema hídrico a médio e longo prazo. Estudos feitos pelos professores possibilitaram a construção de um documento que denuncia as precariedades dos estudos (EIA-RIMA e PBA) do projeto Serra do Facão denunciando as precariedades dos mesmos e, apontando os problemas da produção de energia elétrica a partir de grandes barragens. Esse documento, que já conta com importantes adesões⁷, exprime as preocupações da sociedade em nível regional com os impactos sócio-ambientais que tal empreendimento acarretará e, sugere, que os novos licenciamentos sejam feitos mediante estudos por bacia hidrográfica e não por projetos individuais. É necessário considerar que os efeitos ambientais são sinérgicos não se restringindo aos limites da barragem.

A luta está congregando, paulatinamente, diversos atores ao processo. Uma comissão formada por atingidos e apoiadores, inclusive a AGB Seção Catalão tem encaminhado o referido documento e conseguido discuti-lo no Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério das Minas e Energia - MME, Agência Goiana de Meio Ambiente, Ministério público Federal e Estadual, etc, além de subsidiar apresentações e reflexões em reuniões com a comunidade circundante e, participação efetiva em encontros e congressos científicos.

A população de Catalão e região tem acompanhado e participado dessas discussões através de um programa diário, na Rádio Cultura de Catalão, denominado "*Barragem Serra do Facão: o outro lado da moeda*", onde a questão é abordada na perspectiva da população atingida, com ênfase nos impactos sociais e ambientais. Os pesquisadores, ainda têm procurado transformar as informações técnicas em linguagem acessível, transmitido-as aos atingidos em reuniões nas comunidades e em visitas às famílias.

Outro importante campo de luta é projeto de criação de uma ampla Frente Parlamentar em Defesa dos Rios do Cerrado. Em fevereiro de 2004, foi apresentado o projeto a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás para a criação da Frente Parlamentar, com o objetivo de agregar pesquisadores, movimentos sociais e *povos cerradeiros* contra a construção de barragens nos rios do Cerrado goiano.

Entendemos, como geógrafos, que o significado de luta não pode ser reduzido a uma forma de resistência para permanecer na terra ou para a obtenção de uma boa indenização que possibilite a compra de terras e, mesmo, o reassentamento dessas famílias noutras áreas. A luta contém elementos de defesa de um modo de vida e de relações sócio/econômicas com o espaço, ancoradas na manutenção de valores culturais e relações sociais que não podem ser recolocados. A população atingida é tratada no EIA-RIMA como se fizesse parte do ambiente na mesma dimensão que pássaros ou peixes, montanhas ou árvores, como se aquela sociedade fosse o meio ambiente de uma hidrelétrica.

Os "*empreendedores*", como se autodenominam, prestam um *desserviço* aos atingidos e à sociedade como um todo, apontando as vantagens da construção da barragem e, apontando

⁷A AGB- Seção Catalão - juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, Curso de Geografia - UFG/CAC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, FETAGRO, METABASE - Sindicato dos Trabalhadores das Mineradoras, Diocese de Ipameri, Paróquias de Catalão, Associação dos Docentes do Campus de Catalão - ADCAC - S. Sind. - Andes/SN, estão em mais um enfrentamento em defesa dos *trabalhadores da terra*, do vale do rio São Marcos na sua luta contra a exploração.

que os impactos serão mitigados mediante políticas de compensação social. Apontam os efeitos sócio-ambientais do empreendimento, sempre buscando minimizar os prejuízos e os impactos negativos e, superdimensionando as vantagens, tais como: abertura de empregos por ocasião da construção da obra, mas a transitoriedade desses empregos é omitida. Falam sobre a contribuição para o desenvolvimento regional, mas não mencionam quem serão os beneficiários diretos do empreendimento.

O deslocamento vai se tornar um sério problema para a maioria dos atingidos, especialmente os pequenos produtores, residentes na área por várias gerações e que tiram da terra o seu sustento. Naqueles sítios estão suas raízes culturais, sociais, afetivas, construídas em um entorno que se modificará radicalmente. Através das mobilizações e de ações impetradas junto aos órgãos competentes, conseguimos adiar a construção da obra por dois anos, pois previam o seu início no ano de 2002.

A AGB Seção Catalão: compromissos assumidos e perspectivas de atuação

A Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão foi criada e formalizada no ano de 2000⁸, após vários anos da criação do Curso de Geografia em Catalão. Atualmente reúne cerca de 100 associados, tanto no Campus da UFG, como nas Universidades Estaduais de Pires do Rio e Morrinhos. Embora com as características regimentais e estatutárias de Seção Local, a AGB Seção Catalão, congrega geógrafos em toda a região Sudeste do Estado de Goiás. Esses profissionais têm atuado notadamente na educação, em todos os níveis, mas também desenvolvendo trabalhos de pesquisas nas várias áreas da geografia. Um grupo mais reduzido, como tem sido a regra geral, tem exercido a profissão em empresas privadas e órgãos públicos da região.

Quando se observa a agenda cumprida pelo Curso e pelos geógrafos na região durante esse período, através da síntese de intervenção na realidade, observada anteriormente, pode parecer estranho que a entidade de classe demorasse tanto a se formalizar. Nós mesmos, durante a década de 1990, principalmente durante os eventos regionais e locais, vez ou outra fazíamos essa indagação. Mesmo porque, sem o respaldo institucional de classe estávamos sempre nos expondo, individualmente ou em grupo, às várias formas de pressão e até mesmo às perseguições políticas.

O fato concreto é que os projetos elaborados pelo Curso de Geografia priorizavam uma intervenção política e científica qualificada em Catalão e região. As demandas colocadas pelos movimentos sociais e, pela sociedade local/regional, sempre foram colocadas como prioritárias no debate acadêmico, principalmente, nas áreas do ensino e da extensão. Quanto à pesquisa, um projeto consistente e de certa forma arrojado de qualificação do corpo docente foi posto em execução, resultando em diversas teses e dissertações sobre as questões locais e regionais, possibilitando um arcabouço de análises e informações diversas que nos auxilia na compreensão e na atuação política nos diversos territórios.

Outro fator que contribuiu para a criação tardia da AGB Seção Catalão foi o fato de participarmos ativamente, em diversos momentos da AGB - Seção Goiânia e da presença de diversos professores, nos cursos de Pós-Graduação, em diversas áreas do País, levando-os a se associarem em outras Seções Locais.⁹ Essa vinculação a outros centros de pesquisa, entretanto, trouxe uma importante contribuição para o debate acadêmico, o que possibilitou as condições objetivas para a fundação da AGB - Seção Catalão.

⁸ A Assembléia de Fundação da AGB – Seção Catalão foi lavrada em 07/06/2000. Após a aprovação do regulamento, conforme o Estatuto da AGB Nacional, foi eleita a Diretoria Executiva Provisória constituída por: Diretor – Valdivino Borges de Lima; Vice-Diretor – Maria Erlan Inocêncio; 1º Secretário – Marcelo Rodrigues Mendonça; 2º Secretário – Juliano Rosa Gonçalves; 1º Tesoureiro – Guillermo Leonidas Castro Moya; 2º Tesoureiro – Paulo Henrique Kingma Orlando; Todos os demais presentes foram denominados **Sócios Fundadores** – Manoel Rodrigues Chaves, Idelvone Mendes Ferreira, José Henrique Rodrigues Stacciarini, Gilmar Alves de Avelar, Estevane de Paula Pontes Mendes, Edir de Paiva Bueno, Percy Boris Wolf Klein, Odelfa Rosa, Laurindo Elias Pedrosa, Ronaldo da Silva, Helena Angélica de Mesquita e Carmem Lúcia Costa.

⁹ Os vínculos com os cursos de Mestrado de Doutorado levaram os professores a se filiarem em várias Seções Locais, como de Goiânia, Uberlândia, Presidente Prudente, Rio Claro etc.

O surgimento da AGB - Seção Catalão ocorreu numa conjuntura regional que carecia de uma intervenção mais organizada e, não apenas pontual e localizada, como vinha se dando através da atuação do Curso de Geografia. O Sudeste de Goiás, tendo Catalão como a principal cidade, se industrializa aceleradamente com a verticalização das mineradoras e, mais recentemente, pela implantação de montadoras de grande porte.

Associado ao crescimento industrial, vive-se no campo, precisamente nas áreas de chapada, a implementação do *agronegócio*, com diversas culturas comerciais, com destaque para a soja, destruindo as áreas de veredas e, comprometendo sobremaneira, a disponibilidade e a qualidade da água.

Soma-se, o crescimento urbano desordenado e a necessidade de um PDDU democrático e participativo, a urgência de investimentos no ensino fundamental e médio, assegurando as condições adequadas para o pleno exercício do ato de ensinar, estudos técnicos e científicos acerca dos impactos das ações poluidoras no meio e, principalmente na qualidade do ar e da água, entre tantas outras.

Preocupados com essas questões a AGB - Seção Catalão em parceria com o Curso de Geografia, nos últimos três anos tem proposto atividades científicas e formas de ação política, dentre as quais destacamos:

- Realização do III Seminário Sobre Meio Ambiente, Industrialização e Desenvolvimento Sustentável, realizado em junho de 2002, com a presença do geógrafo Cláudio de Mauro - UNESP - Rio Claro entre outros;

- Participação efetiva no XIII ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, realizado na UFPB - João Pessoa, em julho de 2002. Na oportunidade a AGB Seção Catalão juntamente com a AGB Seção Goiânia, apresentaram proposta para a realização do VI CBG - Congresso Brasileiro de Geógrafos, em Goiânia-GO, sendo aprovada pela Assembléia Geral.

- Realização do I Simpósio Regional da AGB - Seção Catalão, com o tema A AGB e a geografia em Goiás, realizado em outubro/novembro de 2002, com a presença do Prof. Antonio Thomaz Júnior - UNESP - Presidente Prudente e ex-presidente da AGB Nacional. Na oportunidade contamos com as presenças dos geógrafos Horieste Gomes, João de Castro - AGB Seção Goiânia, entre tantos outros palestrantes e debatedores;

- Realização do II Simpósio Regional da AGB - Seção Catalão, em maio de 2003, nas comemorações do dia do Geógrafo. Na ocasião discutimos o tema - O papel do geógrafo frente às transformações espaciais e ambientais em Catalão e região.

- Debate com estudantes e professores - O trabalho do IBGE e a geografia brasileira, realizado em junho de 2003.

- Participação efetiva dos agebeanos (as) no V ENEGE - Encontro Nacional de Ensino de Geografia - FALA PROFESSOR, realizado na UNESP - Presidente Prudente, em julho de 2003.

- Publicação do Periódico Espaço em Revista - 2003, Ano 4/5, nº 1, jan/dez 2001/2002.

- Em parceria com o CAGEO - Centro Acadêmico do Curso de Geografia - foi realizada a I Semana de Geografia do Campus de Catalão, em novembro de 2003. A temática - A centralidade da geografia no desenvolvimento histórico brasileiro, foi amplamente debatida por diversos agebeanos (as) de várias partes do país. Dentre eles destaca-se a contribuição de Manoel Fernandes de Sousa Neto (Universidade Federal do Ceará).

- A AGB Catalão, em parceria com a AGB Goiânia, AGB Uberlândia, AGB Uberaba e DEN - Diretoria Executiva Nacional, compõe a Comissão Organizadora do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, a se realizar em Goiânia entre os dias 18 e 23 de julho de 2004, com o tema "Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia no século XXI".

- Contribuição na construção do Movimento Popular de resistência contra a barragem Serra do Facão, participando de cursos de formação, atos públicos, audiências públicas e reuniões com órgãos governamentais responsáveis pelas questões ambientais. Essa experiência tem nos propiciado refletir sobre o modelo energético brasileiro e, principalmente, acerca da construção de hidrelétricas nos rios das áreas de Cerrado.

A trajetória de luta política dos geógrafos na região Sudeste de Goiás nas duas últimas décadas, certamente propiciou o surgimento oficial da AGB - Seção Catalão, já respeitada

e respaldada pelas ações desenvolvidas pelo Curso de Geografia. A AGB - Seção Catalão¹⁰, mais do que nunca, fortalece e confirma os compromissos assumidos com a produção do conhecimento geográfico, e, acima de tudo, com as questões que se avolumam no espaço em um quadro de intenso processo de degradação social e ambiental que se segue no rastro do *progresso econômico*.

Nos eventos e simpósios realizados, percebe-se a necessidade de uma maior profissionalização da entidade, inclusive com a necessária reforma estatutária, com o intuito de agilizar as questões atinentes às demandas dos geógrafos, em suas diversas áreas de atuação. Inserir-se na agenda das discussões nacionais, estabelecendo junto aos movimentos sociais, principalmente nas áreas de cerrado, em Goiás - *povos cerradeiros* - uma agenda de interlocução política. Ainda, participar efetivamente dos Conselhos Municipais e Regionais como forma de assegurar a compreensão e atuação dos geógrafos mediante a discussão acerca da necessidade de políticas públicas mais eficazes, são tarefas para a AGB Seção Catalão.

Bibliografia

- BENKO, Georges. *Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CHAVES, Manoel Rodrigues. *Descentralização da política ambiental no Brasil e a gestão dos recursos naturais no cerrado goiano*. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2003. 186 f. (Tese, Doutorado).
- EIA/RIMA do AHE Serra do Facão, rio São Marcos: Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente, agosto de 2002. (mimeo)
- GERMANI, I. G. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: UDFBA: ULBRA, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos sociais e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.
- GOMES, Horieste. *A produção geográfica em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1999.
- GONÇALVES, Carlos V. P. *Paixão da terra*. Rio de Janeiro: Rocco/Socci, 1984.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MESQUITA, Helena A. de. *A Modernização da agricultura. Um caso em Catalão - Goiás*. Dissertação de Mestrado, Goiânia: ICHL/UFG, 1993.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.
- PBA - Plano Básico de Ações Ambientais - GEFAC - CNEC/GEFAC, abril de 2002 (mimeo).
- SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- Milton. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOREIRA, Ruy. *Um mundo experimentado por inteiro*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. Anais. Curitiba-PR: AGB, 1994, p.571-578.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Distrito Federal: UnB, 1997.

¹⁰ Conforme Edital 002/2002, no dia 04/07/2002, durante a Assembléia Geral foi eleita a diretoria para o biênio 2002/2004, composta pelos agebeanos (as): Diretor - Marcelo Rodrigues Mendonça; Vice-Diretor - Ronaldo da Silva; 1º Secretário - José Luiz Vaz de Sousa; 2º Secretário - Andréia Arruda de Oliveira Mosca; 1º Tesoureiro - Guillermo Leonidas Castro Moya; 2º Tesoureiro - Laurindo Elias Pedrosa;